

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.788 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. CRISTIANO ZANIN
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RADIO E TV
ADV.(A/S)	: GUSTAVO BINENBOJM
ADV.(A/S)	: ALICE BERNARDO VORONOFF
ADV.(A/S)	: ANDRÉ RODRIGUES CYRINO
ADV.(A/S)	: RAFAEL LORENZO FERNANDEZ KOATZ
INTDO.(A/S)	: AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS - ABIA
ADV.(A/S)	: VANESSA DE AMARAL FRANCO
ADV.(A/S)	: ANA PAULA GONÇALVES PEREIRA DE BARCELLOS
ADV.(A/S)	: KARIN BASILIO KHALILI DANNEMANN
ADV.(A/S)	: EDUARDO ANTONIO LUCHO FERRAO
ADV.(A/S)	: RODRIGO ROCHA DE SOUZA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANUNCIANTES - ABA
ADV.(A/S)	: LUIZ CASSIO DOS SANTOS WERNECK NETTO
ADV.(A/S)	: ROBERTO RACHED JORGE
ADV.(A/S)	: TALITA DO NASCIMENTO SABATINI GARCIA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO DE CONTROLE DO TABAGISMO, PROMOÇÃO DA SAÚDE E DOS DIREITOS HUMANOS - ACT PROMOÇÃO DA SAÚDE - ACT
ADV.(A/S)	: THALITA FERREIRA DIAS
ADV.(A/S)	: ELOISA MACHADO DE ALMEIDA
ADV.(A/S)	: DIOGO ROSENTHAL COUTINHO
ADV.(A/S)	: ADRIANA PEREIRA DE CARVALHO
ADV.(A/S)	: CLAUDIA COUTINHO LINHARES
AM. CURIAE.	: FUNDAÇÃO ARY FRAUZINO PARA A PESQUISA E CONTROLE DO CÂNCER - FUNDAÇÃO DO CÂNCER
ADV.(A/S)	: JORGE AUGUSTO TELES
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO
ADV.(A/S)	: LUIS RENATO VEDOVATO

ADI 7788 / DF

AM. CURIAE.	: INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC
ADV.(A/S)	: CHRISTIAN TARIK PRINTES
AM. CURIAE.	: INSTITUTO ALANA
ADV.(A/S)	: ANA CLÁUDIA CIFALI
ADV.(A/S)	: JOÃO FRANCISCO DE AGUIAR COELHO
ADV.(A/S)	: JULIA FERNANDES DE MENDONCA
AM. CURIAE.	: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
ADV.(A/S)	: ALEXANDRE VITORINO SILVA
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LIBERDADE ECONÔMICA - ABLE
ADV.(A/S)	: WILLIAM GABRIEL WACLAWOVSKY

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, proposta pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT contra (i) a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n. 24/2010 (“RDC ANVISA n. 24/2010” ou “RDC Alimentos”) e (ii) a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n. 96/2008 (“RDC ANVISA n. 96/2008” ou “RDC Medicamentos”), com as alterações da RDC n. 23/2009.

Em 17/11/2025, foi realizada sessão de audiência para o início de tratativas de autocomposição entre as partes e que também contou com a presença, na condição de ouvintes, de *amici curiae*, conforme consta na ata de audiência de conciliação (doc. 159).

Na oportunidade, considerou-se a possibilidade de que as partes pudessem realizar diretamente diálogos e reuniões com o objetivo de identificar eventuais convergências relativas ao regramento mínimo na matéria em discussão que pudesse ser convertido ao regime de autorregulação.

A partir disso, houve a suspensão processual, sendo designada nova audiência para o dia 9/2/2026, próxima segunda-feira, às 14 horas, para a continuidade dos trabalhos.

Em meados de janeiro, a requerente, Associação Brasileiro de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT, peticionou aos autos para informar que, desde a audiência de conciliação ocorrida em 17/11/2016, está em contato com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA para tratar do objeto da presente ação, já que ambas tem interesse em buscar uma solução amigável (doc. 160).

Alertou, porém, que, nesse período, não foi possível avançar suficientemente nas negociações. Solicitou, com isso, a dilação do prazo de suspensão do feito por 60 (sessenta) dias, a fim de permitir a continuidade das tratativas de autocomposição, com oportuna remarcação da audiência de conciliação.

Por sua vez, a União, em manifestação, reconheceu que, de fato, “não foi possível firmar bases mais concretas de consenso mútuo, uma vez que ainda pende uma avaliação mais coesa dentro do Poder Executivo sobre as possibilidades conciliatórias”.

Esclareceu, porém, que “persiste o engajamento da União e suas autarquias em examinar a viabilidade do compromisso com alternativas de autocomposição”. Sendo assim, aderiu à proposta de remarcação da audiência no prazo de 60 (sessenta) dias.

É o relatório do necessário. Decido.

Considerando-se os esforços e a disposição das partes em continuar as tratativas de autocomposição iniciadas na audiência de conciliação ocorrida em 17/11/2025, a fim de encontrarem um caminho comum para a

solução da controvérsia, suspendo o feito pelo prazo solicitado de 60 (sessenta) dias e fixo nova data e horário para a retomada dos trabalhos.

Designo, assim, nova sessão de conciliação para o dia 11 de maio de 2026, às 14h (horário de Brasília) na sala de audiências do Supremo Tribunal Federal, com apoio operacional do Núcleo de Solução Consensual de Conflitos – NUSOL.

As informações de acesso à audiência serão enviadas aos endereços eletrônicos a serem fornecidos pelas partes e interessados. Para a boa organização dos trabalhos, esclareço que as partes deverão indicar os representantes que se manifestarão na audiência, com amplos poderes para transigir, mediante prévia inscrição a ser realizada no Gabinete por meio do endereço eletrônico audiencia.mcz@stf.jus.br até o dia 14/11/2025.

Esclareço que, assim como na primeira audiência, os *amici curiae* poderão acompanhar as tratativas na condição de ouvinte.

Dê-se ciência à PGR.

Publique-se.

Brasília, 4 de fevereiro de 2026.

Ministro **CRISTIANO ZANIN**
Relator